

JOGATINA

Fazenda vai endurecer restrições a bets

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse ontem que o governo federal pretende endurecer as regras de funcionamento de plataformas de jogos on-line, conhecidas como bets. Após reunião com o presidente do Supre-

mo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, para tratar do tema, Durigan disse que a pasta passará a monitorar mais de perto os sites de apostas para aprimorar a proteção da população. O ministro da Fazenda disse que haverá "tole-

rância zero" com bets ilegais e ampliação das restrições de publicidade das plataformas que atuam legalmente. "O compromisso é o endurecimento permanente, o rigor permanente no tratamento das bets. [PÁGINA 3](#)

SENADO



DIVULGAÇÃO

Pena maior para crimes contra médico e professor

O plenário do Senado aprovou ontem um projeto de lei (PL) que aumenta as penas para os crimes praticados contra profissionais da saúde ou da educação no exercício de suas funções, como professores, educadores, médicos e enfermeiros. O texto amplia penas para os crimes de lesão corporal, ameaça, incitação ao crime, desacato, calúnia, difamação, homicídio, entre outros delitos. O autor do projeto é o ex-deputado federal Goulart. No Senado, a iniciativa recebeu parecer favorável do relator da matéria, senador Dr. Hiran (PP-RR) ([foto](#)). "Os profissionais de saúde que trabalham nas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), assim como nossos professores, vêm sendo submetidos a muitos tipos de agressão. Muitas vezes esses profissionais são os anteparos de todo um sistema que é falho nessa atenção. [PÁGINA 7](#)

DEFESA

Bolsonaro diz que não sabia que Flávio iria publicar carta

[PÁGINA 7](#)

IBGE

Setor de serviços cai 0,4% em maio, puxado por transportes

O setor de serviços, que reúne atividades como turismo, restaurantes, salão de beleza, internet e tecnologia da informação (TI), recuou 0,4% em maio, puxado pelo desempenho negativo dos transportes. Segundo a Secretaria da Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, o resultado veio abaixo das expectativas de mercado (intervalo

de -0,3% a 0,6%; mediana de 0,0%). Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o setor cresceu 0,4%. De janeiro a maio, avançou 1,9% em relação ao mesmo período de 2025. No acumulado de 12 meses, a alta acumulada é de 2,6%. Esse número representa redução no ritmo de expansão, uma vez que em abril estava em 2,9%. [PÁGINA 2](#)

R\$ 100 BILHÕES



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Governo Lula vai editar MP para renegociar dívida rural

A Medida Provisória que será editada pelo governo federal para renegociação das dívidas rurais deve alcançar mais de R\$ 100 bilhões em operações a serem repactuadas com juros de 5% ao ano a 11% ao ano, conforme o porte do produtor rural. Os detalhes foram anunciados pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan ([foto](#)), em coletiva de imprensa com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, lideranças do governo no Congresso e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) nesta quarta-feira. A MP será publicada ainda nesta quarta-feira, 15, segundo o ministro. A medida será voltada a produtores rurais e cooperativas de produção, com perdas em duas ou mais safras entre 2019 e 2025. Serão duas categorias com condições diferenciadas: produtores rurais com perdas em duas ou mais safras, com redução na renda bruta de 30% e outra destinada a produtores com perdas em três ou mais safras, com redução na renda bruta de 40%. Durigan afirmou que o entendimento alcançado representa o limite fiscal possível para o governo. "Chegamos aqui, do ponto de vista da Fazenda, num ponto ideal", declarou. [PÁGINA 3](#)

CASO MARIELLE

TCE oficializa saída de Domingos Brazão

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) oficializou ontem, a perda do cargo do conselheiro Domingos Brazão. Ele foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 76 anos e três meses de prisão por arquitetar o assassinato da vereadora Marielle Franco. O ato executivo, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, declara a vacância da cadeira com efeitos retroativos a 9 de julho em cumprimento ao trânsito em julgado da condenação na

ação penal, quando ela se torna definitiva. O ato foi assinado pelo conselheiro-presidente do TCE-RJ, Márcio Henrique Pacheco. O tribunal também extinguiu a estrutura do gabinete do ex-conselheiro. Ao todo, 18 servidores foram exonerados, também com efeitos retroativos a 9 de julho. Entre os desligados estão o chefe de gabinete, Wanderley de Figueiredo Viana, além de assessores especiais, assessores e assistentes. [PÁGINA 5](#)

INDICADORES

IBOVESPA -0,36% / -630,20 / -426,90 / Volume: 39.895.323.416 / Negócios: 3.418.942											
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.			
ANIM3	1,93	-32,75	-0,94	PMAM3F	0,33	+17,86	+0,05	ONCO11F	0,100	-71,43	-0,250
B3SA3	15,69	+2,35	+0,36	PMAM3	0,33	+17,86	+0,05	ONCO11	0,050	-66,67	-0,100
ABEV3	15,57	-1,52	-0,24	SEQL3F	0,070	+16,67	+0,010	ANIM3	1,93	-32,75	-0,94
NATU3	8,670	+1,40	+0,120	TOKY3F	0,470	+14,63	+0,060	ANIM3F	1,93	-31,80	-0,90
ONCO3	0,890	-7,29	-0,070	FSRF11F	0,08	+14,29	+0,01	CAML3	4,41	-18,18	-0,98
									Dow Jones	52.658,64	+0,29
									S&P 500	7.572,4	+0,38
									US Tech 100	28.711,692	-0,26
									Euronext 100	1.915,08	+0,05
									CAC 40	8.382,43	+0,19
									FTSE 100	10.515,92	-0,13
										Salário mínimo	R\$ 1.621,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,9604
										Taxa Selic	14,25%
										(17/06)	
										TR	0,1720%
										(16/07)	
										Poupança	0,6729%
										(16/07)	
										IGP-M	-0,50% (jun.)
										IPCA-15	0,16% (jun.)
										CDI	14,75%
										(17/06)	
										OURO	
										BM&F/grama/RJ	R\$ 663,42
										EURO Comercial	
										Compra: 5,8280	Venda: 5,8214
										EURO turismo	
										Compra: 5,8873	Venda: 6,0673
										DÓLAR Ptax - BC	
										Compra: 5,0727	-0,03%
										DÓLAR comercial	
										Compra: 5,0774	Venda: 5,0780
										DÓLAR turismo	
										Compra: 5,1008	Venda: 5,2502

MERCADOS

Bolsa cai 0,36% com cautela sobre tarifa dos Estados Unidos

DENISE ABARCA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou a sessão em queda, sem conseguir acompanhar o desempenho positivo das bolsas em Nova York, em função de fatores domésticos, especialmente pela cautela relacionada à provável oficialização do tarifaço de 25% a produtos brasileiros pelos EUA.

No melhor momento do dia, o Índice Bovespa (Ibovespa) não conseguiu passar da estabilidade, aos 176.663 pontos (+0,01%), na máxima pela manhã. As mínimas foram atingidas no começo da tarde, coincidindo com uma piora pontual em Wall Street. Na mínima, o índice caiu 0,77%, para 175.288 pontos. Em Nova York, Dow Jones, Nasdaq e S&P 500 percorreram a sessão majoritariamente em alta.

No meio da segunda etapa, houve certo alívio nas perdas, puxado principalmente por bancos, melhora da Petrobras e da Vale, que chegou a cair mais cedo. As ações da mineradora tiveram um dia de volatilidade, apesar do avanço do minério de ferro. Também ficou no radar a nomeação de Wilfred Theodoor Bruijn para presidente temporário do conselho de administração. No fechamento, Vale ON subia 0,68%.

O petróleo esteve em baixa durante boa parte da sessão, o que afetou as ações da Petrobras, mas acabou fechando em leve alta, reduzindo a pressão sobre os papéis. Petrobras ON subiu 0,11% e a PN caiu 0,17%.

O Ibovespa fechou com 176.010,90 pontos, em baixa de 0,36%. O giro financeiro somou R\$ 39,8 bilhões. Em julho, sobe 2,32% e no ano, 9,24%.

DÓLAR

Depois de rondar a estabilidade ao longo da tarde, o dólar à vista encerrou a sessão de ontem, cotado a R\$ 5,0785 (+0,01%). Apesar da continuidade do movimento global de desvalorização da moeda americana, deflagrado na terça pela deflação ao consumidor nos EUA e reforçado nesta pelo recuo da inflação ao produtor, o real exibiu fôlego bem reduzido.

Apesar do gás curto do real ontem, o dólar acumula queda de 0,59% na semana e de 1,64% em julho, após valorização de 2,38% em junho. Em 2026, a moeda americana recua 7,48% frente ao real, que apresenta, no período, o segundo melhor desempenho entre as divisas mais relevantes, atrás apenas do peso colombiano.

IBGE

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O setor de serviços, que reúne atividades como turismo, restaurantes, salão de beleza, internet e tecnologia da informação (TI), recuou 0,4% em maio, puxado pelo desempenho negativo dos transportes.

Segundo a Secretaria da Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, o resultado veio abaixo das expectativas de mercado (intervalo de -0,3% a 0,6%; mediana de 0,0%).

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o setor cresceu 0,4%. De janeiro a maio, avançou 1,9% em relação ao mesmo período de 2025.

No acumulado de 12 meses, a alta acumulada é de 2,6%. Esse número representa redução no ritmo de expansão, uma vez que em abril estava em 2,9%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta quarta-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com os resultados de maio, o setor fica 19,6% acima do nível pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 0,5% abaixo do maior nível já registrado, que pertence a outubro de 2025. A pesquisa traz dados desde janeiro de 2011.



Veja o comportamento do setor nos últimos meses, comparado ao mês imediatamente anterior:

- Maio: -0,4%
- Abril: 1,1%
- Março: -0,9%
- Fevereiro: 0,1%
- Janeiro: 0%

TRANSPORTES

O IBGE aponta que dos cinco grupos de atividades pesquisadas, dois apresentaram queda na passagem de abril para maio.

- Serviços prestados às famílias: 0,2%
- Serviços de informação e comunicação: 0%
- Serviços profissionais, administrativos e complementares: 2%

- Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio: -1%
 - Outros serviços: -1,9%
- A queda dos transportes foi o que mais puxou o setor de serviços para baixo em maio porque o item tem peso de um terço (33,67%) na pesquisa.

De acordo com o analista da pesquisa, Rodrigo Lobo (**foto**), houve “menor receita das empresas de transporte aéreo de passageiros, transporte rodoviário de carga e de logística”.

Em maio de 2026, o volume de transporte de passageiros recuou 1,3% na comparação com o mês imediatamente anterior. Já o volume do transporte de cargas teve variação negativa de 0,2%.

Lobo destaca também que os serviços às famílias alcançaram o maior patamar desde dezembro de 2014. Para ele, é uma resposta a variáveis econômicas “como desemprego baixo, massa de rendimentos elevadas e nível de preços controlado”.

ATIVIDADES TURÍSTICAS

A Pesquisa Mensal de Serviços traz ainda o índice de atividades turísticas (Iatur), que recuou 0,4% em maio, na comparação com o mês anterior. Já em comparação com o acumulado de 12 meses, há expansão de 1,7%.

Esses resultados deixam as atividades de turismo 10,8% acima do patamar pré-pandemia de covid-19 e 2,5% abaixo do maior nível já alcançado, em dezembro de 2024.

O Iatur reúne 22 das 166 atividades de serviços investigadas na pesquisa e que são ligadas à atividade turística, como hotéis, agências de viagens, bufê e transporte aéreo de passageiros.

São divulgadas informações de 17 unidades da federação: Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Alagoas e Rio Grande do Norte.

SUBSTITUTOS

Colegiado da CVM aprova nova lista tríplice para diretores

JULIANA GARÇON/AE

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou uma nova lista tríplice para diretores substitutos - servidores de carreira da autarquia, em geral, superintendentes, que substituem temporariamente os titulares em casos de vacância ou impedimento. A lista traz os nomes do atual corregedor da CVM, Felipe Claret, do superintendente Seccional de Desenvolvimento e Modernização Institucional, José Alexandre Vasco, e do superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria, Fábio Coelho.

Atualmente, o colegiado é formado pelo presidente, Otto Lobo, a diretora Marina Copola e os diretores João Accioly e Igor Muniz. Ainda há um assento vago. A lista foi aprovada por maioria em 30 de junho, em reunião com Lobo, Accioly e Muniz. Copola estava de férias. Na ocasião, Accioly entendeu que a deliberação era inadequada, uma vez que o assunto já havia sido regularmente decidido pelo colegiado, enquanto estava como presidente interino.

Após a deliberação, a lista foi encaminhada ao Ministério

da Fazenda, que designa os servidores para a função, e até que seja publicada uma nova portaria, continua vigente a convocação fixada anteriormente pela pasta: Thiago Paiva Chaves, superintendente de Relações Institucionais, e Luis Felipe Lobianco, superintendente de Supervisão de Riscos Estratégicos. André Passaro, superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários, que era o primeiro da lista, deixou a autarquia.

Um novo rol foi necessário porque Passaro saiu da reguladora. Além disso, a Secretaria Executiva da Fazenda solicitou a confirmação da lista tríplice anteriormente encaminhada, diante da mudança na presidência da CVM, com a posse de Lobo, em junho.

Os diretores substitutos atuam para garantir o funcionamento do colegiado, assegurando quórum para deliberações, reuniões e julgamentos. São convocados conforme a ordem de precedência.

Com o colegiado praticamente recomposto, os diretores substitutos deverão ser menos acionados do que no passado recente, quando chegou a contar com apenas dois membros, Accioly e Copola.

PRISMA FISCAL

Mediana de déficit primário em 2026 passa para R\$ 58,077 bilhões

A mediana do Prisma Fiscal para o déficit primário do governo central em 2026 passou de R\$ 59,016 bilhões em junho para R\$ 58,077 bilhões em julho. A estimativa intermediária para 2027, que estava em R\$ 54,716 bilhões em junho, foi para R\$ 53,878 bilhões. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda ontem. A coleta dos dados foi fechada no 5º dia útil de julho.

O governo negociou com o Congresso maneiras de obter a arrecadação necessária para fechar o orçamento deste ano. No

fim de 2025, aprovou um corte linear nos benefícios tributários do governo e ampliou a tributação sobre apostas eletrônicas, fintechs e Juros sobre Capital Próprio (JCP).

A norma promove um corte linear nos incentivos fiscais e deve gerar arrecadação superior aos R\$ 20 bilhões estimados como necessários para auxiliar o cumprimento da meta fiscal de 2026, que prevê superávit de R\$ 34,3 bilhões.

A meta fiscal é de superávit de 0,25% percentual do Produto Interno Bruto (PIB) este ano, com tolerância de 0,25 ponto.

DGBB

Os economistas do mercado consultados pela SPE mantiveram as estimativas para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) como proporção do Produto Interno Bruto (PIB). A mediana para o fim de 2026 ficou em 83,0% de junho para julho. Para 2027, a mediana de DBGG/PIB também ficou estável em 86,50%. A estimativa intermediária do Prisma Fiscal para o déficit nominal do governo central este ano subiu, saindo de R\$ 1,076 trilhão para R\$ 1,094 trilhão.

A mediana para a arrecada-

ção federal subiu de R\$ 3,156 trilhões para R\$ 3,175 trilhões em 2026, e cresceu de R\$ 3,350 trilhões para R\$ 3,374 trilhões em 2027. Com isso, a estimativa intermediária para a Receita Líquida (RCL) do governo central passou de R\$ 2,555 trilhões para R\$ 2,567 trilhões neste ano, e de R\$ 2,723 trilhões para R\$ 2,732 trilhões no próximo.

A mediana da projeção do Prisma Fiscal para a despesa total do governo central saiu de R\$ 2,619 trilhões para R\$ 2,626 trilhões em 2026, e ficou estável em R\$ 2,776 trilhões para 2027.

TCU

Resolução do CNPE sobre conteúdo local fere Lei da Liberdade Econômica

RENAN MONTEIRO E JOÃO CAIRES/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu ontem, que uma resolução de 2023 do governo sobre a Política de Conteúdo Local (PCL) no setor de petróleo e gás natural contrariou a Lei da Liberdade Econômica, sancionada em 2019. Na avaliação da Corte de Contas, houve ausência de uma Avaliação de Impacto Regulatório (AIR) sobre a proposta infralegal adotada pelo Conselho Nacional de Política Energética

(CNPE).

O TCU "deu ciência" sobre a situação. Isso significa que eventual irregularidade precisa ser ajustada. Foi fixado o prazo de 180 dias ao Ministério de Minas e Energia (MME) e ao CNPE para a apresentação de um plano de ação com revisão dos objetivos estratégicos da Política de Conteúdo Local.

A Corte quer também metas e indicadores, bem como a estruturação e implementação de metodologia para o processo de avaliação da PCL. Isso também deve incluir a realização de estu-

do técnico e formal para o mapeamento da capacidade produtiva e tecnológica nacional da cadeia industrial fornecedora para o setor de petróleo e gás natural.

O TCU não contrariou o mérito da resolução do CNPE (nº 11/2023), mas sim o trâmite para adoção de tal medida. O texto dessa norma introduziu aumentos nos percentuais mínimos de conteúdo local aplicáveis às áreas marítimas - elevando o índice de exploração de 18% para 30% e o de poços na etapa de desenvolvimento

de 25% para 30%.

A Corte de Contas também recomendou que a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) adote medidas para aprimorar os seus mecanismos regulatórios e de gestão referentes à Política de Conteúdo Local. É mencionado, como necessário, a interação e planejamento conjunto entre a Superintendência de Conteúdo Local (SCL) e a Superintendência de Tecnologia e Meio Ambiente (STM) para a coordenação conjunta da PCL.

Diário do Acionista

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎(21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

Caso Marielle

TCE-RJ oficializa perda do cargo de Domingos Brazão

RAISA TOLEDO/AE

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) oficializou ontem, a perda do cargo do conselheiro Domingos Brazão (**foto**). Ele foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 76 anos e três meses de prisão por arquitetar o assassinato da vereadora Marielle Franco.

O ato executivo, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, declara a vacância da cadeira com efeitos retroativos a 9 de julho em cumprimento ao trânsito em julgado da condenação na ação penal, quando ela se torna definitiva. O ato foi assinado pelo conselheiro-presidente do TCE-RJ, Márcio Henrique Pacheco.

O tribunal também extinguiu a estrutura do gabinete do ex-conselheiro. Ao todo, 18 servidores foram exonerados, também com efeitos retroativos a 9 de julho. Entre os desligados estão o chefe de gabinete, Wanderley de Figueiredo Viana, além de assessores especiais, assessores e assistentes.

Outro ato administrativo, publicado na mesma edição do Diário Oficial, reorganizou as codificações e siglas dos gabinetes do TCE e passou a identificar a antiga cadeira ocupada por Brazão como "GC-7 - Vaga decorrente da perda do cargo público do Conselheiro Domingos Inácio Brazão", formalizando a



ALERJ DIVULGAÇÃO

existência da vaga.

Com a vacância oficializada, cabe agora à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) indicar um novo nome para o posto, já que a cadeira pertence à cota de indicação do Legislativo estadual.

A escolha seguirá o rito aprovado em maio pela Mesa Diretora da Alerj para acelerar nomeações ao TCE e às agências reguladoras.

Pelo procedimento, os interessados terão três dias úteis para apresentar candidaturas após comunicação formal sobre a abertura da vaga. Então, um relator designado pela Mesa terá

até três sessões para apresentar um parecer, antes da votação em plenário pelos deputados estaduais.

Domingos e o irmão, o ex-deputado federal Chiquinho Brazão, foram apontados como mandantes do assassinato, em março de 2018, da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e do motorista Anderson Gomes, além da tentativa de homicídio da assessora Fernanda Chaves, que sobreviveu.

De acordo com a Procuradoria-Geral da República (PGR), o crime foi motivado pela atuação política de Marielle na Câmara

Municipal do Rio de Janeiro, que contrariava interesses dos irmãos Brazão em questões relacionadas à regularização de áreas sob influência de milícias.

Também foram condenados no caso o policial militar reformado Ronald Paulo Alves Pereira, a 56 anos, por duplo homicídio qualificado e tentativa de homicídio qualificado; o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa, a 18 anos de prisão por obstrução de Justiça e corrupção passiva; e o ex-policial militar Robson Calixto Fonseca, a pena de nove anos, por integrar organização criminosa armada.

Crime Organizado

Operação do MP mira lavagem de R\$ 100 mi provenientes de facções

VITOR ABDALA/ABRASIL

A Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) fizeram ontem, uma operação para desarticular um esquema de lavagem de dinheiro de facções criminosas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Segundo a Polícia Civil fluminense, o esquema movimentou mais de 100 milhões provenientes da venda de drogas ilícitas pelo Terceiro Comando Puro (TCP), Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC), entre 2021 e 2024.

A operação Hawala cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e na cidade de Foz de Iguaçu (PR). O MPRJ denunciou 22 pessoas à Justiça, que, por sua vez, expediu mandados de prisão contra dez delas.

Até o início da manhã oito pessoas tinham sido presas na operação, de acordo com a Polícia Civil.

A investigação começou a partir da descoberta do esquema de lavagem de dinheiro do grupo criminoso que controla a venda de drogas no Complexo de São Carlos, na região central do Rio de Janeiro, afiliado ao TCP.

Com o aprofundamento das investigações, os policiais descobriram que o esquema também era usado para lavar dinheiro de grupos criminosos ligados ao CV e ao PCC. Empresas de fachada eram

usadas em diferentes estados para dar aparência de legalidade ao dinheiro obtido ilegalmente através do tráfico de drogas, receptação qualificada e comércio de produtos falsificados.

De acordo com a denúncia, para inserir os recursos de origem ilícita no mercado financeiro, o esquema usava empresas recém criadas, depósitos fracionados, uso de laranjas, cooptação de contadores, além de outras manobras para ocultar a origem dos valores.

Foram analisadas centenas de transações bancárias e as atividades de diversas empresas ligadas aos denunciados, com movimentações muito acima da capacidade financeira dos investigados e das pessoas jurídicas envolvidas.

CONEXÃO

A Polícia Civil investiga ainda se o esquema de lavagem de dinheiro era usado para financiar organizações internacionais consideradas terroristas. As investigações identificaram uma relação comercial entre um dos investigados e um homem sancionado pelo governo estadunidense por supostamente integrar a estrutura de financiamento da Al-Qaeda.

De acordo com a Polícia Civil, a investigação agora aprofundará a apuração sobre esse suposto vínculo entre o esquema de lavagem de dinheiro de facções criminosas brasileiras e o financiamento do terrorismo internacional.

Doença

OMS atualiza diretrizes sobre demência e indica novas medidas

DALILA SANTANA/AE

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou ontem, novas diretrizes para redução do risco de declínio cognitivo e demência. O documento atualiza as recomendações publicadas em 2019 com base nas evidências científicas mais recentes.

No texto, a OMS ressalta que ainda não existe um tratamento amplamente acessível capaz de modificar a evolução da doença ou curá-la, e que a prevenção ao longo da vida continua sendo a estratégia mais eficaz para reduzir novos casos.

Segundo a entidade, 57 milhões de pessoas vivem com demência no mundo e até 45% dos casos estão associados a fatores de risco modificáveis, como hábitos de vida e condições de saúde que podem ser prevenidas ou tratadas.

O percentual, porém, não significa que cada pessoa consiga reduzir individualmente o risco da doença nessa proporção. Trata-se de uma estimativa populacional sobre a contribuição conjunta desses fatores.

"No Brasil, essa proporção é ainda maior: chega a 59%, quase 60% O número é um indicador da dimensão do espaço que temos para atuar na prevenção", afirma Cleusa Ferri, pesquisadora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e integrante do grupo que participou da elaboração das novas diretrizes.

O QUE FOI INCLUÍDO

A revisão das evidências permitiu ampliar o escopo das recomendações e incorporar temas que ganharam relevância científica nos últimos anos. As diretrizes passaram a contemplar novas condições associadas ao risco de demência e reforçaram orientações já

existentes.

A poluição do ar aparece pela primeira vez entre as recomendações. A OMS orienta reduzir a exposição tanto à poluição ambiental, especialmente às partículas finas (PM2.5), quanto à poluição dentro das residências como estratégia para diminuir o risco de declínio cognitivo e demência, porém as evidências ainda são consideradas limitadas.

As diretrizes reforçam que suplementos de vitaminas B e E, ômega-3 e multivitamínicos não devem ser utilizados como forma de tentar prevenir demência em pessoas sem deficiência nutricional.

A terapia de reposição hormonal também não é indicada para esse fim em mulheres com 65 anos ou mais. Para as mulheres mais jovens, a OMS afirma que as evidências ainda são insuficientes para orientar o uso com essa finalidade.

PRÓXIMOS PASSOS

Para Cleusa, o próximo passo é incorporar a demência às ações de prevenção das doenças crônicas. "O Brasil já promove atividade física, combate o tabagismo, incentiva a redução do consumo de álcool e o controle da hipertensão e do diabetes. Precisamos incluir a demência nessa estratégia e avaliar, com base na realidade do SUS, quais medidas podem ser incorporadas", afirma.

Outro ponto é a necessidade de novas pesquisas em diferentes populações. Apesar do avanço nos estudos, a OMS ressalta que ainda há lacunas importantes no conhecimento científico e que grande parte das evidências vem de estudos observacionais realizados em países de alta renda.

Nesse sentido, são importantes pesquisas como a divulgada nesta semana nesta reportagem do Pulsa.

Em reunião no TRT, rodoviários não chegam a acordo com patrões

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Terminou sem acordo a quarta audiência de conciliação entre os rodoviários do município do Rio e os patrões, ontem, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-RJ). As negociações continuarão na próxima quarta-feira, às 11h, quando foi marcada uma nova audiência. Até lá, as partes avaliarão as propostas discutidas.

Na sessão, os empresários aumentaram a proposta de 4,5% para 5%. Os rodoviários reivindicam um reajuste de 12% em duas etapas. A primeira parcela seria paga em julho e a outra em novembro.

O presidente do Sindicato dos Rodoviários, Sebastião José, rejeitou a proposta do sindicato patronal (Rio Ônibus) e disse que não tinha como apresentá-la à categoria. Os rodoviários perma-

necem em estado de greve.

O presidente da sessão, desembargador Gustavo Tadeu Alkmim reforçou a importância de que sejam feitas concessões recíprocas pelas partes para a resolução do conflito.

"Nossa função aqui, no TRT-RJ, é tentar a negociação ao extremo", disse o desembargador.

As tentativas de acordo feitas até então também têm contado com a atuação da procuradora

do Ministério Público do Trabalho Deborah da Silva Félix.

PARALISAÇÃO

Os rodoviários do município do Rio de Janeiro iniciaram a greve no dia 29 de junho e, no dia 2 deste mês, suspenderam o movimento a pedido do TRT-RJ. Durante a paralisação, os trabalhadores tiveram muita dificuldade de chegar ao trabalho, pela falta dos ônibus urbanos.

Gestão Pública

RJ funde secretarias de Agricultura e de Pesca para conter gastos

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

As secretarias de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e de Desenvolvimento Regional do Interior, Pesca e Agricultura Familiar (Sedipaf) terão atuação conjunta no Rio de Janeiro. A finalidade da junção é conter gastos e reduzir a máquina administrativa, além de fortalecer a gestão de políticas públicas.

A mudança foi publicada no Diário Oficial do estado na terça-

feira passada. De acordo com o governo em exercício, o estado do Rio mantém 35 secretarias e o ideal seria ter 22 ou 23 secretarias.

Com a reorganização, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional do Interior, Pesca e Agricultura Familiar passa a concentrar as atribuições das duas pastas e será comandada pelo médico veterinário Ricardo Augusto Rosa Mansur.

Com a junção, um único órgão ficará responsável pelo planeja-

mento, coordenação, execução e acompanhamento de ações nas áreas de agricultura, pecuária, pesca, aquicultura, abastecimento, agricultura familiar e desenvolvimento regional.

A unificação das pastas também elimina sobreposição de competências, evita duplicidade de estruturas administrativas e torna a tomada de decisões mais ágil, fortalecendo a integração entre os órgãos e entidades ligados ao setor produtivo rural.

PERFIL

A nova secretaria será comandada pelo médico veterinário Ricardo Augusto Rosa Mansur que já atuou como coordenador de Fomento Agropecuário e de Defesa Sanitária Animal na Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. Mansur também foi diretor-técnico na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio).

Nota

SUS ADQUIRE TECNOLOGIA PARA PRODUZIR PRINCIPAL REMÉDIO CONTRA O HIV

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) concluiu a transferência de tecnologia para produzir o principal remédio utilizado para o tratamento do HIV no Brasil, o antiretroviral dolutegravir, que é distribuído gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, mais de 770 mil pessoas vivendo com HIV fazem uso do medicamento no país. O medicamento foi desenvolvido pela ViiV Healthcare, empresa de pesquisa para prevenção e tratamento para HIV pertencente à biofarmacêutica GSK. Em 2020, ambas assinaram um contrato com o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos) da Fiocruz para

nacionalizar progressivamente a produção do remédio e distribuí-lo ao SUS. Desde então, Farmanguinhos vem realizando investimentos para adaptar sua planta fabril, adquirir novos equipamentos, capacitar seus profissionais e promover estruturação técnica, regulatória e operacional para garantir a internalização da produção. Este processo acaba de ser concluído, e o início do fornecimento ao SUS depende apenas da liberação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Desde 2022, o instituto da Fiocruz já faz a distribuição para o SUS dos remédios produzidos em fábricas da GSK. Mais de 739 milhões de cápsulas já foram fornecidas para a saúde pública desta forma. Em 2025, Farmanguinhos também assumiu as análises laboratoriais de controle de qualidade do medicamento.

Congresso

Kássio arquiva ação contra Bolsonaro sobre interferência em CPI

RAISA TOLEDO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nunes Marques determinou o arquivamento de uma notícia-crime apresentada por parlamentares do PSOL em 2021 contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), por suposta interferência nos trabalhos da CPI da Covid.

A decisão, assinada na terça-feira passada, segue manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) de abril daquele ano, que entendeu não haver elementos para investigar a prática dos crimes de corrupção ativa e advocacia administrativa; ato em que um servidor público defende interesses privados junto ao órgão onde exerce suas funções.

Nunes Marques ressaltou que cabe exclusivamente ao Ministério Público avaliar a existência de elementos mínimos para o início do processo de persecução penal.

"Não cabe ao Supremo, diante da promoção de arquivamento emanada do chefe do Ministério Público (o procurador-geral da República), exercer qualquer juízo de valor que resulte no acolhimento do pedido. Isto porque a avaliação prévia quanto à existência de elementos suficientes à instauração da persecução penal compete, por força do princípio acusatório, exclusivamente, à Procuradoria-Geral da República, não podendo ser transferida ao Poder Judiciário", escreveu o ministro.

A ação foi protocolada pelos então deputados federais do PSOL David Miranda, Fernanda Melchionna, Sâmia Bomfim e Vivi Reis após a divulgação de uma conversa telefônica entre Bolsonaro e o senador Jorge Kajuru (PSB-SP). Na ligação, o então presidente defendia que a CPI, criada para apurar a gestão do governo federal

durante a pandemia de Covid-19, investigasse governadores e prefeitos.

Ele também disse que Kajuru tinha de "fazer do limão uma limonada" e "peticionar o Supremo para colocar em pauta o impeachment (de ministros da Corte)", dando a entender que, se houvesse pedidos de impeachment contra membros do STF, a instalação da CPI poderia ser interrompida. A criação da comissão havia sido determinada pelo então ministro Luís Roberto Barroso.

Os autores da notícia-crime argumentaram que Bolsonaro tentou influenciar um parlamentar para alterar o foco de uma investigação que poderia atingi-lo. "Em suma, o diálogo se trata do Chefe do Poder Executivo pressionando membro do Poder Legislativo a interferir na instauração de um processo de investigação de que é alvo, inclusive por meio do acionamento de processos contra membros do Poder Judiciário, que determinaram a instalação da CPI. Não há aqui nenhuma dúvida do cometimento de graves crimes de responsabilidade por parte do noticiado", afirma a petição.

Ao analisar o caso, a PGR concluiu que o conteúdo da ligação não caracteriza prática criminosa. Segundo o órgão, tratou-se de uma "conversa informal e privada" entre o então presidente da República e um senador.

"Não se extrai da conversa vazada qualquer propósito criminoso por parte do noticiado. O Presidente da República manifestou sua perspectiva pessoal de que seria mais prudente ampliar o escopo da investigação, de forma que todo aquele que tivesse praticado alguma irregularidade, independentemente da unidade federativa ou da esfera de poder, pudesse ser responsabilizado", diz o parecer da PGR.

Caso Valdemasar

FELIPE DE PAULA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino determinou ontem, que os presidentes de todos os partidos com representação no Congresso Nacional informem, em até dez dias, se participam da definição, gestão ou distribuição de emendas parlamentares. A decisão ocorre após o ministro bloquear R\$ 119 milhões em bens do presidente do PL, Valdemar Costa Neto (**foto**), apontado pela Polícia Federal (PF) como responsável por gerenciar a destinação de emendas parlamentares mesmo sem exercer mandato eletivo há mais de uma década.

Na decisão, Dino determinou que os dirigentes partidários esclareçam se dispõem de cotas, reservas ou qualquer outro mecanismo para alocar emendas parlamentares.

Caso a resposta seja positiva, deverão informar a natureza, a finalidade e a abrangência desses mecanismos, quem é responsável por autorizar sua utilização, qual é o fundamento jurídico que ampara a prática, de que forma ela é formalizada e qual é o procedimento adotado para definir a destinação dos recursos.

Foram citados pelo ministro os partidos: Avante, Cidadania, MDB, Missão, Novo, PCdoB, PDT, PL, Podemos, PP, PRD, PSB, PSD, PSDB, PSOL, PT, PV, Rede, Republicanos, Solidariedade e União Brasil.

A decisão de Dino cita declarações de Valdemar sobre a ges-



ABRASIL

tão de emendas do PL. Em entrevista à GloboNews na terça-feira, o presidente da legenda afirmou considerar "natural" a interferência de dirigentes partidários no destino dos recursos. Valdemar é investigado no âmbito da Operação Transparência, que apura a gerência de 21 emendas parlamentares pelo presidente do PL.

"Quem tem condições de enxergar a situação nacional? O presidente do partido. O deputado só cuida do Estado dele e das cidades dele", disse Valdemar.

Questionado se outros presidentes adotam a mesma prática, respondeu: "Mas é lógico. A função do presidente é cuidar do

partido. Quem tem uma visão nacional do partido é só o presidente e a direção do partido", afirmou.

De acordo com o ministro, "o Sr. Valdemar Costa Neto é um político de destaque e preside um dos maiores partidos brasileiros, logo as suas afirmações públicas merecem atenção. Caso procedentes, constituem uma novidade relevante nestes autos, que, tramitando desde 2021, não contém registro dessa modalidade de emendas ao Orçamento Geral da União, isto é, emendas de titularidade ou 'cedidas' aos presidentes de partidos políticos".

Dino argumentou que "as in-

formações requisitadas são relevantes para subsidiar a definição de providências eventualmente necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares".

Na terça-feira, o ministro determinou ao governo federal a adoção de critérios mais rígidos de rastreabilidade, transparência e controle sobre as emendas, e afirmou que há "um mercado de terceirização ou privatização" dos recursos no País. A destinação das verbas por figuras políticas sem cargo eletivo, segundo Dino, representa uma "vinculação esdrúxula" com projetos eleitorais.

Acidente

Ônibus com equipe de dança do Paraguai cai em ribanceira em SC

EDERSON HISING/AE

Um acidente envolvendo um ônibus com integrantes de uma academia de dança do Paraguai causou a morte de duas mulheres e uma criança, além de ferir outros 40 passageiros na madrugada de ontem. De acordo com o Corpo de Bombeiros, o veículo saiu da pista em uma curva por volta da meia-noite e caiu em uma ribanceira na rodovia SC-492, entre Maravilha e São Miguel da Boa Vista, no oeste de Santa Catarina.

O ônibus havia saído de Gramado (RS) e tinha o país vizinho como destino. No veículo, estavam 66 passageiros e dois motoristas - todos paraguaios. Os ocupantes eram bailarinas, mães, pais e professoras da Academia de Danzas Bethania, de Independência, que fica a cerca de 180 km da capital paraguaia Assunção. Eles participaram de uma competição de dança no Rio Grande do Sul.

As identidades das vítimas fatais não foram divulgadas pelos bombeiros, mas veículos de imprensa paraguaios informaram se tratar de duas professoras, de 48 e 75 anos, e da filha de uma delas, de 8 anos. Uma mãe relatou à rádio paraguaia Monumental 1080 AM, uma das principais do país, que o ônibus estava balançando momentos antes do acidente. Segundo ela, um dos motoristas disse que os freios

do veículo falharam.

Quarenta pessoas feridas, entre elas crianças, foram atendidas por equipes do Corpo de Bombeiros e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e levadas para unidades médicas da região, sendo 35 ao Hospital São José, em Maravilha, quatro ao Hospital de Romelândia e uma ao Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, em São Miguel do Oeste. A maioria das vítimas tinha ferimentos leves.

Conforme os bombeiros, a primeira equipe da corporação que chegou ao local do acidente encontrou um cenário de alta complexidade, com dezenas de vítimas presas às ferragens e outras dentro, fora e em cima do veículo tombado. Outras oito equipes dos bombeiros foram acionadas para o atendimento. As circunstâncias do acidente, em um trecho de pista simples, serão investigadas pela Polícia Civil. Equipes de perícia estiveram no local.

Em uma postagem nas redes sociais, feita na terça-feira, 14, a academia divulgou um vídeo do grupo reunido na despedida do Brasil. "Voltamos para casa com o orgulho do primeiro lugar, mas nossa maior satisfação é ter descoberto a magia de Gramado, o calor do seu povo e a coragem de compartilhar como a grande família que somos na Academia de Danzas Bethania", diz o texto.

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de cinco dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) opinar se Jair Bolsonaro (PL)

descumpriu medidas cautelares após o seu filho, Flávio Bolsonaro, ler uma carta do ex-presidente nas redes sociais. O despacho foi publicado na tarde desta quarta-feira.

Em prisão domiciliar, Bolsonaro está proibido de utili-

zar redes sociais, seja diretamente ou por meio de terceiros. Na última segunda-feira, Moraes proibiu visitas de Flávio a Jair Bolsonaro por 90 dias.

Em manifestação enviada a Moraes nesta quarta-feira, a

defesa de Jair Bolsonaro alegou que o ex-presidente "jamais soube que a carta seria publicizada, tampouco houve qualquer orientação, ajuste ou combinação prévia acerca da utilização de redes sociais para esse fim".

Esperneio de Perdedor

Flávio aumenta carga contra STF e diz que corte quer fazer a vez do TSE

NAOMI MATSUI/AE

O senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) aumentou ontem, a carga sobre o Supremo Tribunal Federal (STF) e acusou, sem provas, os ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino de tentar interferir nas elei-

ções e usurpar as funções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A estratégia repete o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que costumava atacar os tribunais.

"Estou vendo claramente dois ministros do Supremo tentando interferir na eleição diretamente, que é o Alexan-

dre de Moraes e o Flávio Dino. Eles são integrantes da primeira turma do Supremo estão fazendo uma articulação para que essa primeira turma do Supremo seja uma espécie de bypass do Tribunal Superior Eleitoral durante as eleições", declarou, em entrevista ao podcast Flow.

Flávio disse que o Tribunal é parcial e prejudica parlamentares de direita e voltou a chamar de "desproporcional" a decisão de Moraes que o proibiu de visitar Jair Bolsonaro por 90 dias. O senador também defendeu o impeachment de ministros do Supremo a partir do ano que vem.

Festa na Tribo

Cacique Raoni tem alta após um mês internado

ADRIANA VICTORINO/AE

O líder indígena brasileiro Raoni Metuktire, conhecido como Cacique Raoni, recebeu alta na manhã de ontem. Ele havia sido transferido para o Hospital São Paulo no dia 19 do mês passado.

O defensor emblemático da floresta amazônica, de 94 anos, deu entrada no hospital com "obstrução intestinal, desidra-

tação e pneumonia por aspiração". No dia seguinte, ele foi submetido a uma cirurgia. Na última sexta-feira, o cacique apresentou um quadro de hemorragia digestiva, que foi contida.

Raoni estava internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital e Maternidade Dois Pinheiros, em Sinop (MT), desde o dia 14 de junho, após sofrer com vômitos, dor

abdominal e expectoração com sangue.

Não é a primeira vez que o líder kayapó enfrenta uma hospitalização neste ano. Em maio, ele esteve internado para tratar uma hérnia e foi diagnosticado com doença pulmonar obstrutiva e problemas cardíacos.

QUEM É CACIQUE RAONI
Reconhecido internacional-

mente por sua defesa da Amazônia e dos povos indígenas, Raoni se manteve ativo até há pouco tempo.

Apesar de visivelmente debilitado, em abril ele participou do Acampamento Terra Livre, a maior mobilização indígena do Brasil, que reúne a cada ano em Brasília milhares de líderes e povos originários para reivindicar direitos, território e políticas públicas.

O cacique se tornou conhecido nos anos 1970, quando militava contra uma estrada transamazônica durante a ditadura militar. Ele fez sua primeira turnê internacional em 1989, após receber o músico britânico Sting na Amazônia.

SENADO

Penas maiores para crimes contra professores e médicos

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O plenário do Senado aprovou ontem um projeto de lei (PL) que aumenta as penas para os crimes praticados contra profissionais da saúde ou da educação no exercício de suas funções, como professores, educadores, médicos e enfermeiros.

O texto amplia penas para os crimes de lesão corporal, ameaça, incitação ao crime, desacato, calúnia, difamação, homicídio, entre outros delitos.

O autor do projeto é o ex-deputado federal Goulart. No Senado, a iniciativa recebeu parecer favorável do relator da matéria, senador Dr. Hiran (PP-RR) (foto).

"Os profissionais de saúde que trabalham nas UPAs (Unidades de Pronto Atendimento), assim como nossos professores, vêm sendo submetidos a muitos tipos de agressão. Muitas vezes esses profissionais são os anteparos de todo um sistema que é falho nessa atenção. Eles acabam recebendo todo o peso da agonia das pessoas", afirmou o



WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

senador, ao defender a aprovação do texto.

- As principais mudanças são:
- Lesão corporal comum: a pena passa dos atuais 3 meses a 1 ano de detenção para 2 a 5 anos de reclusão
 - Lesão corporal grave (quan-

- do resulta, por exemplo, em aborto, deformidade permanente ou morte): em vez de uma pena específica, o projeto estabelece aumento de 1/3 a 2/3 sobre a pena prevista para o crime
- Crimes contra a honra (calú-

nia, difamação e injúria): a pena prevista passa a ter aumento de 1/3 quando a vítima for profissional da saúde ou da educação

- Constrangimento ilegal (obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa): quando a vítima for profissional da saúde, a pena será aplicada em dobro, de forma cumulativa
- Ameaça: a pena passa a ser aumentada em 1/3 quando o crime for cometido contra profissionais da saúde ou da educação
- Incitação ao crime: a pena será dobrada quando o delito for praticado contra profissionais dessas categorias
- Desacato a funcionário público: a pena também será dobrada quando a vítima for profissional da saúde ou da educação no exercício da função.

Apesar de já ter sido aprovada pela Câmara dos Deputados, onde tramitou primeiro, o PL 2.672/2025 foi alterado no Senado e voltará à Câmara para última análise.

MINISTÉRIO

Justiça articula ações contra crime organizado em combustíveis

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Ministério da Justiça e Segurança Pública promoveu ontem, no Rio de Janeiro, uma reunião técnica para tratar do enfrentamento ao crime organizado no mercado formal de combustíveis.

A finalidade do encontro foi estabelecer um ambiente de integração, com a definição conjunta de medidas práticas para

combater a atuação do crime organizado em setores estratégicos da economia.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, afirmou que a pasta está empenhada nessa articulação, contribuindo para viabilizar os acordos e a mobilização necessária das forças policiais e de inteligência para esse enfrentamento.

"Nosso diagnóstico é de que

a evolução do crime organizado e a ampliação de sua presença no mercado formal exigem respostas articuladas entre a segurança pública, a inteligência, a fiscalização e a regulação", afirmou.

O procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro (PGJ), Antonio Campos Moreira, destacou a gravidade do cenário atual no Rio de Janeiro e chamou atenção para o desafio da

retomada do controle territorial pelo Estado.

"O tráfico de drogas é uma atividade econômica secundária para as principais organizações criminosas. O domínio territorial permite que elas explorem toda a cadeia do comércio local, arrecadando quantias vultosas que são posteriormente lavadas em outras atividades econômicas, como no setor de combustíveis", afirmou.

GENIAL/QUAEST

Pesquisa aponta que 48% aprovam governo Lula e 47% desaprovam

GABRIEL MÁXIMO
E GABRIEL DE SOUSA/AE

Pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem, mostra que 36% dos eleitores consideram o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como positivo, 2 pontos percentuais a mais que o levantamento divulgado em 10 de junho. É o mesmo patamar dos que avaliam a gestão

petista como negativa, enquanto aqueles que consideram regular se mantiveram em 26%. Não sabem ou não responderam somam 2%.

APROVAÇÃO

A pesquisa também mediu a aprovação pessoal do trabalho de Lula como presidente, que subiu 1 ponto porcentual na comparação com o levantamen-

to de junho. Segundo a pesquisa, 48% aprovam o petista, ante 47% que desaprovam. Os que disseram não saber ou que não responderam somam 5%.

PERCEPÇÃO

Para 43% dos entrevistados, a economia do País piorou nos últimos 12 meses, enquanto 20% consideram que melhorou. Os eleitores que consideram que fi-

cou do mesmo jeito são 33%. Não sabem ou não responderam somam 4%.

A Quaest ouviu 2.004 entrevistados, com 16 anos ou mais, presencialmente, de 10 a 13 de julho. A margem de erro é de 2 p.p., para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-07181/2026.

CARA DE PAU

Bolsonaro não sabia que carta seria publicada por Flávio

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A defesa de Jair Bolsonaro afirmou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) que "jamais soube" que uma carta escrita pelo ex-presidente seria publicada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) nas redes sociais.

A manifestação foi motivada por um pedido de explicações solicitado pelo ministro Alexandre de Moraes, que suspendeu por 90 dias as visitas do parlamentar ao pai na prisão domiciliar. Segundo Moraes, o ex-presidente está proibido de usar as redes sociais, inclusive por meio de terceiros.

De acordo com os advogados, Bolsonaro não sabia que a carta seria postada e que o ex-presidente não prestou orientação ou combinação prévia.

"O peticionário jamais buscou utilizar terceiros para contornar as restrições impostas por Vossa Excelência, permanecendo fiel ao cumprimento

das cautelares desde o início do regime domiciliar humanitário, comprometendo-se a continuar observando rigorosamente todas as condições estabelecidas por esse juízo", afirmou a defesa.

PGR

Após receber a manifestação da defesa, Moraes determinou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre o caso no prazo de cinco dias.

O ministro vai decidir se Bolsonaro descumpru a proibição de uso das redes sociais durante o cumprimento da prisão domiciliar e poderá determinar o retorno do ex-presidente para o presídio da Papudinha, em Brasília.

No ano passado, Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de prisão no processo de trama golpista. Em seguida, após passar por uma cirurgia, ele ganhou o direito de cumprir prisão domiciliar. O ex-presidente se recupera de uma pneumonia bacteriana.

JOGATINA

Belo Horizonte proíbe publicidade de bets em espaços públicos

A cidade de Belo Horizonte também decidiu proibir a publicidade de plataformas de apostas de quota fixa, as chamadas bets, em espaços públicos. A proibição foi publicada no Diário Oficial do Município na terça-feira passada, um dia depois de o Rio de Janeiro editar um decreto semelhante.

Segundo a administração da capital mineira, estão proibidas publicidades de bets em qualquer órgão ou entidade ligados à prefeitura de Belo Horizonte e em eventos promovidos pelo poder público municipal.

A proibição também atinge todo mobiliário público urbano, destinados à prestação de serviços ou atendimento à população, como abrigos de ônibus, bancos de praça, lixeiras, relógios públicos, totens informativos e outros equipamentos semelhantes.

Em espaços privados, estão proibidas publicidades de bets em um raio de 100 metros de escolas, museus e equipamentos ou serviços públicos destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e jovens, quando a publicidade for dirigida ou apta a estimular a prática de apostas por esse público.

No Rio de Janeiro, a proibição atinge locais onde há publicidade exterior, mobiliário urbano e demais locais cuja exploração dependa de autorização, licença, permissão ou concessão do município.

BETS

A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL), que representa as empresas de apostas, informou que adotará medidas para reverter as restrições adotadas pelas cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O setor jurídico da entidade ainda estuda as medidas que serão tomadas.

Por meio de nota, a ANJL ressaltou que respeita a autonomia de estados e municípios, mas que "eventuais restrições à publicidade devem ser discutidas no âmbito do governo federal, ente competente para disciplinar a matéria".

A associação chamou as decisões municipais de ataques infundados e disse que o mercado das bets, é regulado, paga impostos e gera milhares de empregos.

A associação informou

também que está à disposição de autoridades federais, do Congresso Nacional e da sociedade civil para contribuir "com um debate sério, técnico e constitucionalmente fundamentado sobre a regulamentação da atividade no Brasil".

REGRAS FEDERAIS

Na última sexta-feira, os Ministérios da Fazenda e da Justiça e Segurança Pública publicaram portarias que estipulam novas regras para a publicidade dessas apostas, também chamadas de apostas de quota fixa no Brasil.

Uma das portarias estabelece que, a partir desta sexta-feira, os anúncios deverão trazer uma das seguintes advertências: "Ministério da Fazenda adverte: Apostar pode causar dependência"; "Ministério da Fazenda adverte: Apostar faz você perder dinheiro"; e "Ministério da Fazenda adverte: Aposta não é investimento".

As mensagens deverão ser exibidas na horizontal, de forma clara e legível, ocupando, pelo menos, 10% da área do anúncio.

Outra portaria prevê que a publicidade está proibida de induzir o consumidor ao erro e de mostrar comentários de especialistas ou comentaristas que incentivem apostas sobre determinado jogo ou evento.

Além disso, toda publicidade direcionada a menores de 18 anos será considerada abusiva, sendo vedadas, portanto, o uso de imagens, personagens, linguagem ou qualquer elemento que possa atrair esse público, assim como a veiculação de anúncios em ambientes frequentados predominantemente por menores, como escolas e locais de atendimento infantil.

MERCADO

Um levantamento divulgado no início deste ano, pelo Ministério da Fazenda, mostrou que o mercado das bets movimentou R\$ 37 bilhões em 2025, durante seu primeiro ano de regulamentação.

De acordo com o Ministério da Fazenda, atualmente, 85 empresas estão autorizadas pela Secretaria Nacional de Prêmios e Apostas a operar no mercado regulado. Há, no entanto, inúmeras outras plataformas que atuam de forma irregular.

SAÚDE

Senado prorroga crédito do FGTS para Santas Casas até 2030

O plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei (PL) que prorroga até 2030 o prazo para a aplicação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em operações de crédito destinadas a hospitais filantrópicos e Santas Casas de Misericórdia. O PL 2.465/2026 segue para sanção da Presidência da República.

Essa linha de crédito também poderá ser utilizada por instituições sem fins lucrativos que atuam no atendimento a pessoas com deficiência e prestam serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A lei do FGTS permitia esse tipo de operação com juros menores até 2022, a partir de uma medida provisória de 2018, que acabou se convertendo em lei federal no ano seguinte.

Segundo o governo, no período em que vigorou a linha de crédito, o fundo bancou empréstimos de cerca de R\$ 3 bilhões para 140 entidades hospitalares filantrópicas por meio de 134 operações de crédito sem destinação específica e de 122 operações de crédito para reestruturação financeira.

A prorrogação do financiamento também deverá permitir

a reestruturação de dívidas das entidades com diminuição dos encargos financeiros de 18% ao ano para cerca de 12% ao ano.

De autoria do deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), a proposta altera a Lei 8.036, de 1990, que regulamenta o FGTS. Antes de passar no Senado, a medida foi aprovada pela Câmara dos Deputados na semana passada.

Relator da matéria no Senado, Nelsinho Trad (PSD-MS) destacou que as Santas Casas e os hospitais filantrópicos desempenham papel estratégico no sistema de saúde, especialmente em municípios onde re-

presentam a principal ou a única estrutura hospitalar. Segundo ele, muitas dessas instituições enfrentam elevado endividamento e dificuldades financeiras, o que ameaça a continuidade de serviços essenciais.

"É evidente a relevância social, econômica e institucional da proposição, cuja pronta aprovação evitará o agravamento do quadro de endividamento do setor filantrópico de saúde e contribuirá para a continuidade assistencial de milhões de brasileiros que dependem diariamente dos serviços prestados por essas entidades", afirmou.

MUDANÇA DE REGIME

Vance descarta envio de tropas terrestres dos Estadods Unidos ao Irã

PATRICIA LARA/AE

O vice-presidente dos EUA, JD Vance, afirmou que Washington não enviará tropas terrestres para promover uma mudança de regime no Irã mesmo diante de pressões, ressaltando que seu empenho ao negociar o acordo com Teerã tem dois pilares: impedir que o país tenha armas nucleares e garantir a liberação do estreito de Ormuz para a livre navegação.

"O que o presidente fez de forma muito, muito competente é dizer que vamos usar a força militar nesta situação quando estiver conectada a algo que estamos tentando alcançar", afirmou Vance ontem, em entrevista ao podcast de Joe Rogan.

"Mas não vamos apenas fazer algo sem limites, indefinidamente. Não vamos bombardear, bombardear. Vamos tentar usar nossa força militar como uma das muitas ferramentas que temos para resolver o problema", afirmou.

"Se o povo iraniano quiser se levantar e mudar seu governo, a decisão cabe a eles. Mas não vamos enviar 150 mil soldados por terra para realizar uma mudança de regime, a menos que a própria população queira alcançar esse resul-

tado", disse.

O vice-presidente disse que o que tem tentado realmente fazer é concretizar o que o presidente Donald Trump o instruiu: um acordo que contemple o fato de o Irã não possuir arma nuclear, além de garantir o livre fluxo de petróleo e gás.

Vance afirmou que o memorando de entendimento assinado pelos EUA diz: "o Irã vai abrir o estreito de Ormuz, a violência parará e vamos negociar para ver se conseguimos chegar a um acordo amplo, no longo prazo, sobre a questão nuclear". "É isso o que queremos fazer", salientou.

Sobre a situação atual, Vance disse que "estamos na trajetória certa", mas há vários avanços e paradas.

Vance afirmou que o que ele e outros representantes estão tentando fazer é uma delicada dança diplomática, usando alavancagem econômica e tentando conversar com alas pragmáticas do Irã.

"Mas, claro, quando há atos de violência, vamos agir. Tudo isso está acontecendo simultaneamente para nos levar a uma direção melhor", explicou.

"A guerra é necessária em alguns momentos, mas não é necessariamente, uma coisa boa", disse. "Guerra é algo que sempre queremos evitar".

NEGOCIAÇÃO

Ghalibaf diz que acordo com EUA perde validade sem benefícios

PEDRO LIMA/AE

O presidente do Parlamento do Irã e principal negociador do país persa, Mohammad Bagher Ghalibaf, afirmou ontem, que Teerã poderá deixar de cumprir o memorando de entendimento firmado após a guerra de 40 dias caso o país não obtenha os benefícios previstos no texto.

Em uma série de declarações dirigidas à população iraniana, ele também defendeu a combinação entre pressão militar e diplomacia, reiterou o apoio ao fechamento do Estreito de Ormuz e prometeu responder aos ataques dos Estados Unidos.

Segundo Ghalibaf, "um memorando de entendimento só faz sentido quando suas cláusulas são válidas e estão sendo implementadas". Ele acrescentou que, se a República Islâmica "não obtiver benefícios desse texto", não haverá motivo para continuar comprometida com o acordo, citando a política de "olho por olho" O parlamentar afirmou ainda que as Forças Armadas iranianas mantêm "total liberdade de ação" para responder à ofensiva americana.

Ghalibaf sustentou que a

segurança nacional do Irã depende da preservação dos chamados "arranjos iranianos" no Estreito de Ormuz e acusou Washington de tentar enfraquecer, "pela força", os termos acertados nas negociações. Segundo ele, os EUA pressionam o Irã para compensar uma derrota, mas Teerã "não permitirá que sua vontade seja imposta".

Apesar do tom duro, o presidente do Parlamento defendeu o uso simultâneo da força militar e da diplomacia. "A negociação, neste momento, não significa rendição. Ao lado da guerra, ela faz parte da estratégia de resistência e de defesa dos interesses nacionais", afirmou, acrescentando que separar os dois instrumentos seria "um erro estratégico".

Ghalibaf também reiterou que a decisão entre negociar ou combater cabe ao líder supremo, o aiatolá Mojtaba Khomeini, e pediu unidade da população em torno das autoridades. Ao encerrar a mensagem, prometeu que o Irã dará uma "resposta definitiva" aos ataques dos adversários, afirmando que o país "nunca buscou a guerra", mas deve permanecer preparado para defendê-lo "até o último momento".

Nota

EUA APLICAM SANÇÕES CONTRA RÚSSIA E IRÃ PARA REDUZIR REDE DE ARMAMENTOS DO IRGC

O Departamento do Tesouro dos EUA sancionou quatro indivíduos e três empresas acusados de apoiar a rede internacional de armamento do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica (IRGC, em inglês), segundo comunicado divulgado ontem, pelo Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (Ofac, em inglês). Entre eles, estão entidades da Rússia e do Irã. O Ofac afirma que as sanções abordam entidades responsáveis por facilitar o uso pelo Irã de firmas de transporte e aviação estrangeira, condutores financeiros, coordenadores de viagens e esforços de para sustentar a produção e proliferação de armas do Irã, o que "ameaça americanos e aliados dos EUA no mundo". Em nota, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, reitera que o departamento continuará a criar medidas para interromper "as redes ilícitas financiam o programa de armas do Irã e sua máquina de guerra". "O presidente Donald Trump foi claro: o Irã precisa se desnuclearizar", afirmou.

GESTAPO DE TRUMP

Governadora: ICE deve ser reformado ou abolido

A governadora do estado americano do Maine, Janet Mills, afirmou ontem, que o Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês) deveria ser extinto como agência federal, caso não seja possível corrigi-lo após uma morte a tiros ocorrida em seu estado.

Um agente do ICE atirou e matou o colombiano Johan Sebastián Durán Guerrero, de 26 anos, que estava em um veículo na manhã de segunda-feira, passada na cidade de Biddeford. Parte da ação foi registrada por uma câmera de monitoramento.

Foi o segundo episódio fatal em uma semana, em meio ao endurecimento da política de imigração do governo Trump, e o mais recente de uma série de confrontos entre agentes e pessoas que estavam em carros. O outro episódio foi na cidade de Houston, no Texas, onde agentes mataram Lorenzo Salgado Araujo, de nacionalidade mexicana.

Mills, do Partido Democrata, afirmou em uma carta aos representantes do estado no Congresso que os parlamentares devem agir para "exigir que o ICE respeite o Estado de Direito e honre

nossa segurança coletiva".

Mills já havia criticado o ICE anteriormente, inclusive em janeiro, após uma onda de operações de fiscalização no Maine que, segundo ela, foi marcada por "conduta ilegal e perigosa" por parte da agência. Ela afirmou nesta quarta que a agência deve ser reformada "antes que mais famílias sejam privadas de um ente querido". Ela acrescentou: "O ICE precisa passar por uma reforma fundamental e, caso isso não ocorra, então é hora de abolir a agência".

Em uma declaração, o prefeito de Biddeford, Liam LaFountain, questionou por que os agentes do ICE envolvidos na morte de Johan Sebastián Durán Guerrero não estavam usando câmeras corporais. LaFountain destacou que os policiais de sua cidade já estão equipados com câmeras corporais há quase uma década.

"O fato de o ICE dispor de bilhões de dólares dos contribuintes e não conseguir cumprir uma função básica como equipar adequadamente seu pessoal é uma grave acusação", disse LaFountain. "É necessário tomar medidas corretivas imediatamente "

LaFountain acrescentou

CLIMA

Chile declara estado de emergência até dia 21 devido a tempestades

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

Dez das 16 regiões administrativas do Chile estão em estado de emergência por conta de um sistema frontal, que deverá trazer fortes chuvas e mar agitado ao país.

A medida foi anunciada na última segunda-feira pelo governo chileno. O estado de emergência segue até o dia 21. O governo informou, em nota, que órgãos estatais estão preparados para atender à população.

Ontem, de acordo com a Direção Meteorológica do Chile, nas regiões Metropolitana, de Coquimbo e Valparaíso foi decretado estado de alarme, o

mais grave, por conta das chuvas. O alerta indica previsão de fenômenos meteorológicos de severidade extrema, com alto potencial de riscos materiais e à vida.

MEDIDAS DO GOVERNO

Segundo informou o governo, o presidente José Antonio Kast liderou as medidas preventivas, que incluem a coordenação com os delegados presidenciais regionais e a supervisão in loco dos trabalhos destinados a reduzir o risco de inundações e transbordamentos. O presidente também apelou à prevenção e à responsabilidade individual.

"Nada é mais importante do

GUERRA SEM FIM

Ucrânia e UE anunciam acordo para produção de drones e mísseis

A União Europeia (UE) e a Ucrânia assinaram ontem, um acordo para avançar na produção conjunta de armas, incluindo drones e mísseis antibalísticos. A parceria foi anunciada pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (**foto**), e pelo presidente ucraniano, Volodmyr Zelenski, durante as cerimônias que marcaram o Dia da Estatalidade da Ucrânia, celebrado ontem.

A iniciativa reflete as preocupações europeias com as intenções mais amplas da Rússia no continente. "Hoje, a luta da Ucrânia não é apenas uma luta pela própria liberdade. É uma luta existencial pelas liberdades da Europa, por seus valores e por sua autodeterminação", disse Von der Leyen em um discurso na Praça de São Miguel, em Kiev, onde recebeu a Ordem da Europa, uma honraria concedida pelo Estado ucraniano.

"Vocês não estão lutando apenas pelo próprio futuro, mas pela segurança de todo o nosso continente", afirmou. Ao longo da guerra contra a Rússia, que já dura quatro anos, a Ucrânia passou de um país que dependia de

apoio militar estrangeiro para uma nação que oferece à Europa, aos Estados Unidos e a países do Oriente Médio seu conhecimento em armas de ponta, testado no campo de batalha.

No entanto, Kiev ainda precisa de ajuda para ampliar a produção doméstica, especialmente de sistemas sofisticados de defesa aérea capazes de interceptar mísseis balísticos russos.

A carta de intenções assinada pela UE e pela Ucrânia prevê o estabelecimento de uma produção conjunta de drones e sistemas antidrones até o fim deste ano, além da fabricação conjunta de mísseis antibalísticos até 2028, bem como um apoio mais amplo à indústria de defesa.

A Ucrânia busca fortalecer sua segurança ao ingressar na UE. O país já iniciou esse processo, que pode levar anos para ser concluído.

O presidente dos EUA, Donald Trump, afirmou na cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) na semana passada que Washington concederá à Ucrânia uma licença para produzir seus próprios

que a cidade está oferecendo serviços de saúde mental à família de Durán Guerrero e a todos os moradores afetados pelo episódio.

Também houve reação política à morte ocorrida no Texas. O prefeito de Houston, o democrata John Whitmire, pediu que a investigação do caso seja realizada por uma agência policial estadual.

"Precisamos que o DHS permita que autoridades independentes conduzam a investigação", disse Whitmire à CNN ontem. "A jurisdição é federal. Eles controlam as provas. Estamos pedindo que as entreguem aos Texas Rangers."

O mexicano Lorenzo Salgado Araujo, que não tinha antecedentes criminais e morava nos EUA há 35 anos, foi baleado na semana passada enquanto levava sua equipe de construção para um canteiro de obras em Houston. Sua morte provocou protestos em Houston e exigências de uma investigação independente por parte dos democratas e da família de Salgado Araujo.

Na terça-feira passada, o chefe de polícia de Houston, J. Noe Diaz Jr., solicitou formalmente que a agência de investigação

do Departamento de Segurança Pública do Texas conduzisse uma investigação independente e transparente. O prefeito Whitmire também disse à CNN que o Departamento de Segurança Interna dos EUA deveria suspender as abordagens de veículos pelo ICE por 90 dias para revisar suas políticas.

TRUMP DEFENDE ICE

Oficiais do governo norte-americano de Donald Trump orientaram os agentes do Serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE) dos Estados Unidos a suspenderem a maioria das abordagens de veículos após duas mortes a tiros, em uma semana, segundo informações de terça-feira, de pessoas familiarizadas com a decisão. Trump, porém, disse ontem, que o serviço de imigração deve seguir fazendo as abordagens no trânsito.

A mudança de política ocorreu depois que um agente do ICE atirou e matou um motorista colombiano na segunda-feira, no Maine, e uma semana após outro agente atirar e matar um motorista em Houston, no Texas. A sequência renovou as críticas às táticas de fiscalização da agência.

que o autocuidado. Devemos reiterar a todos que não devem aventurar-se em zonas montanhosas onde a sua segurança física possa estar em risco, que não devem aproximar-se da costa se houver previsão de ondas altas, que nos ajudem a limpar os cursos de água perto das suas casas, que verifiquem o estado de saúde daqueles que se encontram isolados e que se certifiquem de que mesmo essas pessoas tenham um kit básico de emergência pronto."

O ministro do Interior e da Secretaria-Geral do Governo, Claudio Alvarado, pediu às famílias que "tomem o máximo de

precauções e se preparem". "Como Governo, estamos agindo com grande responsabilidade e seriedade para fornecer alertas oportunos sobre as possíveis consequências dos sistemas frontais que afetarão o país nos próximos dias", disse.

PLANO DE INVERNO

A mobilização preventiva faz parte do Plano de Inverno 2026 do Ministério de Obras Públicas, que inclui um investimento total de US\$ 468 milhões para obras de conservação, limpeza de leitos de rios e bueiros, remoção de neve, monitoramento de infraestrutura e resposta a eventos climáticos.



RICARDO STUCKERT/PR

essa é a 11ª vez que visita a Ucrânia desde o início da guerra. A UE já forneceu bilhões de euros a Kiev, além de apoio diplomático. Ela prometeu ajuda da UE na preparação das defesas aéreas da Ucrânia para os meses mais frios.

Esse é o período em que a Rússia, frequentemente utilizando mísseis balísticos, costuma tentar destruir serviços essenciais, como eletricidade e aquecimento, em uma estratégia que autoridades de Kiev chamam de "transformar o inverno em uma arma".

"A energia continua sendo uma prioridade inabalável", disse Zelenski. Autoridades e analistas ocidentais afirmam que os ataques ucranianos com drones e mísseis estão atingindo alvos de alto perfil no interior da Rússia, interrompendo gravemente as linhas de abastecimento de Moscou e provocando escassez de combustível entre civis.

"É um momento especial", escreveu Von der Leyen em publicação nas redes sociais. 'A Ucrânia construiu um forte impulso militar A maré está virando."

'A MARÉ ESTÁ VIRANDO'

Von der Leyen afirmou que